

ATA NÚMERO 62/XII/1ª SL

05.junho.2012 – 15h00

Aos 5 dias do mês de junho de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

3. Comunicações do Presidente

4. Audições por requerimento do PS, sobre parcerias internacionais no domínio da investigação científica

- Carnegie Mellon University - CMU-PT - Prof. Doutor João Barros
- University of Texas at Austin - UT-PT - Prof. Doutor Nuno Correia
- Massachusetts Institute of Technology - IMI-PT – Prof. Doutor Manuel Mota
- Harvard Medical School - Havard - PT - Profª Doutora Maria do Carmo Fonseca
- Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT - Doutor Miguel Seabra

5. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.

- Apresentação pelo autor da iniciativa

6. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada autora do Parecer - Isilda Aguincha - PSD

7. Petição n.º 136/XII/1ª, da iniciativa de Roberto Canguero, “Contra o encerramento da Escola EB1 Palaçoulo

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Distribuída ao PS

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 06.junho.2012 – 10h00 – Audição do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Presidente comunicou que foi contactado pelo Presidente da 12.ª Comissão, no sentido de esta Comissão emitir parecer em relação ao P.J.L n.º 228/XII/1ª (PCP), *Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos*, que baixou à CECC, em 9 de maio, com conexão à 10.ª

Comissão. Nessa sequência, foi solicitado parecer àquela Comissão, cujo envio deverá ocorrer até ao dia 15 de junho, para integrar o parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que será apreciado na reunião de 19 de junho. Os deputados da 12ª Comissão foram ainda convidados a assistirem à apresentação do PJI na 8ª Comissão e no debate subsequente, que decorreu naquele mesmo dia. Nesse sentido, o ponto 6 da OD foi adiado para 19 de junho.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

As atas das reuniões de 29 e 30 de maio foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente lembrou que a entrega dos relatórios dos Grupos de Trabalho e dos Relatores deverá ocorrer na data estabelecida, isto é, até ao final de junho, para serem apreciados no início de julho. A Sra. Deputada Elza Pais solicitou o adiamento da entrega do relatório sobre Ciência, por estarem ainda agendadas várias audições neste âmbito.
- 3.2.** O Sr. Presidente referiu-se aos relatórios das audiências concedidas ao Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol e ao Conselho Nacional de Juventude, não se tendo registado quaisquer observações em relação aos mesmos.
- 3.3.** O Sr. Presidente congratulou-se com a forma como decorreu esta edição do programa Parlamento dos Jovens, tendo felicitado o Grupo de Trabalho, e em especial a sua coordenadora, pelo trabalho e pela forma empenhada como acompanhou as várias fases do programa. Agradeceu também a todos os Deputados que estiveram envolvidos, bem como aos diversos serviços da Assembleia da República, pelo esforço e pela dedicação demonstrados.
- 3.4.** Anunciou também o pedido de audiência do Sindicato Independente de Professores e Educadores, sobre a revisão curricular e as agregações de escolas, tendo sido deliberado que a mesma será agendada através do sistema de deputado-piloto, cabendo ao PSD proceder à sua calendarização.
- 3.5.** O Sr. Presidente comunicou que baixaram à Comissão às seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Resolução n.º 341/XII, BE, *Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre o ensino e formação de adultos*, tendo a Sra. Deputada Ana Drago (BE) solicitado a sua discussão na Comissão.
 - Projeto de Resolução n.º 342/XII, PCP, *Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior*, tendo o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) informado que o mesmo será discutido em Plenário.
 - Projeto de Resolução n.º 333/XII, BE, *Recomenda ao Governo a eliminação dos exames dos 1º ciclo de escolaridade obrigatória e atribuição de primazia a um sistema de avaliação formativa em todos os ciclos do ensino básico e secundário*, tendo a Sra. Deputada Ana Drago (BE) informado que indicaria, oportunamente, se a discussão será efetuada na Comissão ou em Plenário.

- Projeto de Resolução n.º 337/XII, BE, *Recomenda ao Governo a suspensão da criação de mega-agrupamentos escolares e um processo de reorganização da rede escolar orientado por critérios de qualidade*, tendo a Sra. Deputada Ana Drago (BE) informado que indicaria, oportunamente, se o mesmo deverá ser discutido na Comissão ou em Plenário.
- Projeto de Resolução 322/XII/1ª, PCP, *Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional*, tendo o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) informado que indicaria, oportunamente, se o mesmo deverá ser discutido na Comissão ou em Plenário.
- Projeto de Resolução 323/XII/1ª PCP, *Recomenda ao Governo a suspensão imediata da constituição de mega agrupamentos, a revogação do Despacho n.º 5634 de 26 de Abril de 2012 e o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010, de 11 de Agosto*, tendo o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) informado que indicaria, oportunamente, se o mesmo deverá ser discutido na Comissão ou em Plenário.

3.6. O Sr. Presidente informou que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias solicitou um parecer da 8ª Comissão sobre o [Projeto de Lei n.º 236/XII, do PS, Cria o Tribunal Arbitral do Desporto](#). A apreciação do parecer foi agendada para o dia 12 de junho, cabendo ao PSD a indicação do relator.

4. Audições por requerimento do PS, sobre parcerias internacionais no domínio da investigação científica

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) apresentou o requerimento que deu origem a estas audições, congratulando-se com o trabalho que as parcerias internacionais têm desenvolvido, que permitiu avanços significativos na área da Ciência, a internacionalização da investigação nas universidades e nos centros de investigação e o reforço da nossa competitividade e da inovação. Perguntou ainda porque razão não foram avaliadas todas as parcerias, pela Academia finlandesa, tendo, em relação a esta avaliação, considerado que não acrescentou muito em relação às restantes avaliações externas, tendo criado um impasse e uma indefinição no trabalho das parcerias.

O Sr. Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Miguel Seabra, esclareceu que a parceria com a Alemanha não foi objeto de avaliação por não ter terminado ainda o período previsto de 5 anos para a sua vigência. Quanto à incerteza e impasse a que se referiu a Sra. Deputada, considerou ser de evitar, pese embora entenda ser fundamental avaliar os parceiros, ainda mais quando estão envolvidos montantes muito elevados. Acrescentou ainda que o relatório da Academia finlandesa foi muito positivo, porque permitiu, por um lado, demonstrar que há valor acrescentado nas parcerias, apesar das questões sérias sobre o custo-benefício e, por outro, realçou o benefício da componente empreendedorismo e inovação, como áreas estratégicas. Neste momento, afirmou, as parcerias estão a entregar as suas propostas, com novas ideias, ficando os contratos concluídos no final do mês de junho. Por último, referiu-se à iniciativa UTEN Portugal, que passou a estar isolada da parceria University of Texas at Austin, tendo em vista a aproximação das universidades às empresas e a internacionalização da nossa economia.

A representante da Harvard Medical School - Havard – PT, Maria do Carmo Fonseca, fez uma breve síntese do âmbito e objetivos desta parceria, chamando a atenção para a necessidade de Portugal apostar na investigação clínica, uma área carente e que precisa de formação específica. Assim, e entendendo que é fundamental a internacionalização nesta área, considerou muito positiva a aposta em Harvard, por ser um centro de excelência. Referiu-se também à evolução da parceria e à avaliação de impacto, tendo este resultado na identificação

dos aspetos mais positivos, na reprogramação dos fundos para investir na formação dos jovens e na aposta na investigação científica pré-clínica. Terminou, afirmando que o Serviço Nacional de Saúde deve passar a considerar a área da inovação.

O representante do Massachusetts Institute of Technology - IMI-PT, Manuel Mota, considerou que o projeto das parcerias internacionais constituiu um dos maiores movimentos estratégicos no que à inovação diz respeito, permitindo maximizar a formação dos alunos e importar um conjunto de boas práticas no ensino e na investigação, procurando uma abordagem holística e o envolvimento sistemático das empresas. Afirmou ainda que a forma como foram desenhados os programas permitiu fazer muitas economias e referiu-se ao impacto das medidas, que conduziu à participação entusiasta das empresas.

O representante da Carnegie Mellon University - CMU-PT, João Barros, sublinhou a necessidade de equipas de excelência em Portugal, entendendo que o catalisador americano permite criar relações pessoais de confiança, que favorecem o trabalho de equipa, e estimula outras iniciativas e outros projetos. Referiu-se ao número de empresas envolvidas, sobretudo na área das tecnologias de informação e comunicação, que passou de 12 para 81, compreendendo este projeto investigadores, profissionais da indústria, estudantes, professores e utilizadores. Por último, considerou que a avaliação dos benefícios vai para além dos custos, entendendo que as start-ups vivem do acesso a estas redes.

O representante da University of Texas at Austin - UT-PT, Nuno Correia, frisou que as avaliações anuais têm sido sempre positivas, apontando no sentido da continuação do projeto, que serve de plataforma para a colaboração com outras entidades e para o estabelecimento de novas parcerias. Afirmou ainda que se pretende potenciar outras parcerias, nomeadamente com os países lusófonos..

O Sr. Deputado Pedro Saraiva (PSD) disse reconhecer a importância e o mérito das parcerias internacionais e, referindo-se ao relatório da Academia finlandesa, colocou algumas questões, designadamente sobre a forma como se pretende levar em conta as recomendações apresentadas em relação à não existência de uma parceria, mas de uma prestação de serviços, sobre o excesso dos custos, sobre a necessidade de reforçar a boa gestão, a transparência e a meritocracia, sobre a redundância dos projetos e sobre o fraco enfoque em inovação e empreendedorismo. Perguntou ainda se a paridade em relação às instituições portuguesas e estrangeiras foi mantida e como se reparte o valor entre instituições e quis ainda saber que modelo de governo está pensado.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) referiu-se também ao relatório de avaliação da Academia finlandesa, entendendo que a sua qualidade não supera o da avaliação externa. Considerou fundamental uma visão de futuro, que passa pelo investimento na investigação e na competitividade e sublinhou o papel das parcerias internacionais na credibilidade do nosso país. Referiu ainda que os cortes propostos correspondem a cortes cegos, que poderão pôr em causa a continuidade e sustentabilidade dos projetos. Por último, questionou sobre a origem das verbas, se são oriundas do Orçamento do Estado ou se também do QREN.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou fundamental que se questionem e avaliem os programas e referiu-se às conclusões e recomendações do relatório da Academia da Finlândia, tendo questionado a FCT sobre se pretende alargar os mecanismos de avaliação e em relação a que indicadores, sobre as alterações que se esperam ao nível do financiamento, sobre o eventual alargamento das parcerias a outras universidades não americanas e ainda sobre a generalização da dupla titulação.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) lembrou que o PCP foi crítico em relação às opções de compra de serviços ao estrangeiro, pese embora admita que as parcerias possam ter tido impacto no tecido científico. Manifestou ainda algumas dúvidas quanto ao enquadramento legal destes programas e considerou que não é legítimo um investimento tão expressivo em núcleos

de excelência, sacrificando outros investimentos de grande qualidade. Questionou ainda se a FCT tem garantido os seus compromissos ou se tem capturado as verbas dos projetos.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) referiu-se ao salto estratégico destas parcerias, que considerou muito relevantes do ponto de vista científico, reconhecendo o esforço de internacionalização da investigação. No entanto, afirmou discordar dos montantes envolvidos, sendo que nenhum outro país investiu como Portugal neste tipo de parcerias. Por último, referiu-se à lógica de prestação de serviços das universidades americanas, o que torna a parceria desequilibrada.

O Sr. Presidente da Comissão colocou também algumas questões, designadamente sobre a forma de medir o output dos programas, sobre o retorno do investimento, em termos de patentes, *papers* e *start-ups* sustentáveis, sobre a eventual margem de co-financiamento e ainda sobre o modo como estas parcerias posicionam Portugal no sistema científico e académico internacional. Perguntou ainda se poderão existir outras parcerias, por exemplo com a Rússia, China, Brasil, Europa.

O representante da University of Texas at Austin - UT-PT, Nuno Correia, disse reconhecer a importância da dupla titulação, pelo que vão tentar torná-la acessível a um maior número de alunos. Esclareceu ainda que, sendo o regime destes programas aberto, as universidades podem concorrer a projetos e bolsas. Em relação ao co-financiamento, entende que é um processo difícil na atual conjuntura de retração económica, pelo que vão tentar o envolvimento de parceiros europeus.

O representante da Carnegie Mellon University - CMU-PT, João Barros, lembrou que a Academia finlandesa nunca perguntou sobre as contribuições das universidades americanas para estes programas, tendo depreendido que era zero, daí concluir tratar-se de prestação de serviços e não de parcerias. Sobre o co-financiamento, afirmou que as empresas aguardam para conhecerem o investimento público nos programas. Por último, esclareceu que vários países do Médio Oriente investiram também em parcerias semelhantes, pelo que Portugal não é caso único.

O representante do Massachusetts Institute of Technology - IMI-PT, Manuel Mota, referiu que todos os doutoramentos no MIT têm dupla supervisão, embora não tenham dupla certificação. Apontou, de seguida, as parcerias do MIT com a Rússia e com o Brasil, admitindo que Portugal pode estar em clara vantagem, por estar a trabalhar com o MIT há mais tempo, sendo inclusive apontado com um exemplo de boas práticas.

A representante da Harvard Medical School - Harvard - PT, Maria do Carmo Fonseca, esclareceu que todos os graus são atribuídos por Harvard e, em relação à questão do financiamento, afirmou que nunca houve distribuição de fundos pelas instituições, mas através de concursos nacionais, organizados pela FCT. Referiu ainda que Portugal foi pioneiro neste tipo de parcerias, pelo que deve tirar a máxima vantagem deste facto, sendo que o Brasil e a China vão apenas importar know-how e investigadores, por se encontrarem num nível mais baixo em termos de investigação. Assim, considerou que Portugal tem condições para estabelecer parcerias com estes países, colocando-se na posição que Harvard ocupa hoje em relação a Portugal. No que se refere ao retorno, entende que a missão das parcerias é formar a nova geração de líderes em investigação clínica, pelo que serão estes que devolverão o investimento, através da criação de empresas e da capacidade de atração de fundos.

O Sr. Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Miguel Seabra, referiu-se ao montante das verbas executadas durante 5 anos, até 2011, que totalizaram 145 milhões de Euros, bem como aos compromissos futuros, esclarecendo que as parcerias, incluindo os compromissos e a execução, custarão 195 milhões de Euros. Fazendo alusão aos elevados custos implicados, lembrou que as parcerias não constituem a única forma de internacionalização da investigação, referindo-se aos programas doutorais que atraem

cientistas estrangeiros sem quaisquer custos. Ainda em relação às parcerias, e pelo facto de serem dispendiosas, considerou importante exigir resultados e encontrar co-financiamento. Pronunciou-se também sobre a importância da avaliação de impacto, afirmando que a FCT vai começar a trabalhar esta questão, de forma continuada e sustentada. Sobre os pagamentos, afirmou que a FCT está a tentar reduzir os atrasos, esclarecendo que nunca houve atrasos para as universidades americanas.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

5. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.

O Sr. Presidente comunicou que foi contactado pelo Presidente da 12.ª Comissão, no sentido de aquela Comissão emitir parecer em relação ao PJI n.º 228/XII/1ª (PCP), *Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos*. Nessa sequência, foi solicitado parecer àquela Comissão, cujo envio deverá ocorrer até ao dia 15 de junho, para integrar o parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que será apreciado na reunião de 19 de junho.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Lei, afirmando que o que se propõe é a separação dos conceitos de “partilha” desinteressada de dados e de “contrafação” e “pirataria”. Esclareceu ainda que o PCP não sugere nenhuma supressão dos direitos de autor ou direitos conexos, abrindo antes a possibilidade de serem os autores a decidir se querem ou não proteger a sua obra de partilha não comercial.

Fez ainda referência à apropriação, pelos FSI, das verbas pagas pelo utilizador, aquando do acesso aos conteúdos, apoderando-se assim de uma mais-valia substantiva de obras sobre as quais não possuem direitos. Assim, o PCP propõe uma comparticipação financeira obrigatória de € 0,75 por contrato de fornecimento de serviços de acesso à *internet*, sendo que apenas é remunerado aquele titular de direitos que aceite essa partilha.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS), integrando ambas as Comissões, considerou importante a elaboração de parecer por parte da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, pelo que comunicou que iria aferir do interesse em que este Projeto de Lei fosse também apresentado naquela Comissão.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) considerou que o Projeto de Lei propõe o abandono das convenções internacionais, afirmando que o preâmbulo reflete o desnorte ideológico do PCP.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) manifestou a sua simpatia pessoal pelos considerandos do Projeto de Lei, entendendo que as novas formas de comunicação exigem do legislador novas formas de adaptação. Identificou, no entanto, alguns problemas, designadamente em relação à pouca transparência nas taxas para as organizações representativas dos titulares de direitos e sobre a eventualidade de se passar a olhar para as obras por via eletrónica como remuneração dos autores. Chamou ainda a atenção para o facto de a esmagadora maioria não saber efetuar a partilha de ficheiros protegidos.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou a sua disponibilidade e abertura para acolher sugestões de melhoria do texto.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) considerou que existe uma grande confusão de conceitos, reservando o PS a sua posição para o Plenário

A gravação da apresentação do PJI e do debate subsequente encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

6. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.

A apreciação do parecer, da responsabilidade da Sra. Deputada Isilda Aguincha, foi adiada para o dia 19 de junho.

7. Petição n.º 136/XII/1ª, da iniciativa de Roberto Canguero, “Contra o encerramento da Escola EB1 Palaçoulo

Foi apreciada a nota de admissibilidade, tendo a petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 06.junho.2012 – 10h00 – Audição regimental do Sec. Estado do Desporto e da Juventude

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de junho 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Elza Pais
Emília Santos
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Pedro Saraiva
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Odete João
Pedro Delgado Alves
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia